PATRÍCIA MIYUKI HAYAKAWA DE CARVALHO

Contratos Existenciais e de Lucro:

uma nova tipologia

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Eduardo Tomasevicius Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2018

PATRÍCIA MIYUKI HAYAKAWA DE CARVALHO

Contratos Existenciais e de Lucro:

uma nova tipologia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Associado Eduardo Tomasevicius Filho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Carvalho, Patrícia Miyuki Hayakawa

Contratos existenciais e de lucro: uma nova tipologia / Patrícia Miyuki Hayakawa Carvalho ; orientador Eduardo Tomasevicius Filho -- São Paulo, 2018.

191

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Contratos existenciais e de lucro. 2. Causa. 3. Função social do contrato. 4. Validade. 5. Eficácia. I. Tomasevicius Filho, Eduardo , orient. II. Título.

CARVALHO, Patrícia Miyuki Hayakawa de. **Contratos existenciais e de lucro:** uma nova tipologia. 2018. 191p. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 15 de janeiro de 2018.

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Eduardo Tomasevicius Filho, pela orientação, compreensão e confiança em mim depositada.

Agradeço aos professores e amigos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela frutífera convivência.

Agradeço aos meus pais e irmãos, pelo amor incondicional. A Bete e Haroldo, pelo apoio durante a elaboração do presente trabalho.

Agradeço especialmente André Carvalho pelo amor, paciência e compreensão.

Aos meus pais, Maria e Kiyoshi.

A André Carvalho.

RESUMO

CARVALHO, Patrícia Miyuki Hayakawa de. **Contratos existenciais e de lucro**: uma nova tipologia. 2018. 191p. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 15 de janeiro de 2018.

Esta pesquisa tem por objeto contratos existenciais e de lucro, dicotomia elaborada recentemente na doutrina brasileira. Investiga a natureza de tais categorias contratuais, seus traços distintivos, bem como as diferenças na intervenção judicial em tais tipos de avença. No capítulo inaugural, a investigação parte do exame de textos do criador da dicotomia, Antônio Junqueira de Azevedo, a fim de delinear os conceitos de contratos existenciais e de lucro. Essa análise, conjugada com textos acadêmicos supervenientes sobre o tema, serve para identificar os traços distintivos de tais contratos na teoria do negócio jurídico. Examina-se a causa final como ponto distintivo entre as categorias. O capítulo inclui um estudo sobre os limites da causa final como indicadora de interesses existenciais nos contratos, chegando-se à ideia de que qualquer avença pode deter, em sua execução, traços existenciais. No segundo capítulo, teorias sobre a eficácia horizontal dos direitos fundamentais foram utilizadas para delinear um guia de fundamentação e controle das intervenções judiciais nos contratos existenciais, o tipo essencialmente novo da dicotomia. Teses que concebem a regulação contratual de modo similar aos contratos existenciais e de lucro foram objeto de análise no terceiro capítulo, enriquecendo o trabalho com soluções aos problemas que a dicotomia brasileira propõe solucionar. Analisa-se no último capítulo como a intervenção judicial nos planos da validade e eficácia dos contratos muda em vista da natureza distinta de cada categoria em exame. A causa final e a cláusula geral da função social do contrato são os fios condutores da análise, traçando um iter analítico das situações jurídicas abarcadas pelas categorias acima, bem como dos limites e possibilidades de intervenção judicial nos referidos contratos.

Palavras-chave: Contratos existenciais e de lucro – causa - função social do contrato – validade - eficácia.

ABSTRACT

CARVALHO, Patrícia Miyuki Hayakawa de. **Existential and profit contracts: a new typology**. 2018. 191p. Masters. Faculty of Law, University of São Paulo. São Paulo, January 15, 2018.

The object of this research are existential contracts and profit contracts, a dichotomy recently elaborated in the Brazilian contractual doctrine. It investigates the nature of these contractual categories, its distinctive features, as well as differences in judicial intervention in such types of agreement. In the first chapter, the investigation starts from the analysis of texts by the creator of the dichotomy, Antônio Junqueira de Azevedo, to delineate the concepts of existential and profit contracts. This analysis, together with supervening academic texts on the matter, supports the identification of the categories' distinctive features in the contractual theory. The final cause is analyzed as a distinctive point between them. The chapter includes a study on the limits of the final cause as indicator of existential interests in contracts, coming to the idea that any contract can end up having existential traces in its performance. In the second chapter, theories on the horizontal effect of fundamental rights were used to delineate a reasoning guide that underlies and controls judicial interventions in existential contracts, the essentially new category of the dichotomy. Theories that conceive the contractual regulation in a similar fashion were examined in the third chapter, enriching this research with solutions to the problems the dichotomy proposes to solve. With the help of these theories, the last chapter examines how judicial intervention regarding validity and effectiveness of contracts differ in view of the nature of existential and profit contracts. The final cause and the general clause of the social function of contract serve as guiding threads for this chapter, helping to trace an analysis of the legal situations covered by the above categories, as well as the limits and possibilities for judicial intervention in said contracts.

Keywords: Existential and profit contracts – cause – social function of contracts – legality - effectiveness.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
1. Síntese do problema	16
2. Plano do trabalho	18
1 CONTRATOS EXISTENCIAIS E DE LUCRO: APRESENTAÇÃO E ESTUDO ANALÍTICO DA DICOTOMIA	19
1.1 FUNCIONALIDADES	21
1.2 A ESTRUTURA DOS CONTRATOS EXISTENCIAIS E DE LUCRO	24
1.2.2 Objeto dos contratos de lucro	26
1.2.3 Objeto dos contratos existenciais	27
1.2.3 Agentes dos contratos de lucro	31
1.2.4 Agentes dos contratos existenciais	34
1.2.4.1 Entidades sem fins lucrativos	35
1.2.4.2 Pequenas empresas	37
1.3 A CAUSA COMO ELEMENTO CHAVE DOS CONTRATOS EXISTENCIAIS E DE LUCRO. A FUNÇÃO CONCRETA DA AVENÇA.	40
1.4 OS EVENTUAIS TRAÇOS EXISTENCIAIS NOS CONTRATOS	44
2 A TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO PRIVADO	47
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO-FILOSÓFICO	48
2.2 O NOVO PAPEL DA CONSTITUIÇÃO E A REMODELAÇÃO DE SUA EFICÁCIA NAS RELAÇÕES PRIVADAS	53
2.3 A RELEVÂNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO	59
2.4 A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS E SUA RELAÇÃO COM OS CONTRATOS EXISTENCIAIS E DE LUCRO	62
2.5 ESTRUTURAS PARA APLICAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS PRIVADAS	62
2.5.1 A faceta procedimental	63

2.5.2	Estruturas de sopesamento.....	65
2.5.3	A faceta material.....	73
3	MODELOS DE VALORAÇÃO DE INTERESSES CONTRATUAIS	75
3.1	“SOCIAL MINIMUM”, OU MÍNIMO EXISTENCIAL.....	77
3.2	ESTATUTO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	84
3.3	O PARADIGMA DA ESSENCIALIDADE.....	86
3.4	JUSTIÇA SOCIAL NO DIREITO CONTRATUAL EUROPEU.....	90
3.5	“NEED-ORIENTED RATIONALITY” v. “ABILITY RATIONALITY”	94
3.6	A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E SEU SENTIDO: CIRCULAÇÃO E REPARTIÇÃO DE RIQUEZAS.....	101
3.6.1	Função social do contrato na doutrina brasileira. Debate sobre sua eficácia interna e(ou) externa	110
3.6.2	Posicionamento sobre o tema	117
3.6.3	Causa, função social e a regulação da circulação de riquezas.....	119
3.7	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MODELOS REGULATÓRIOS EXPOSTOS....	121
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA DICOTOMIA	125
4.1	PLANO DA EXISTÊNCIA	126
4.2	PLANO DA VALIDADE.....	128
4.2.1	Hipóteses de anulabilidade.....	128
4.2.2	Hipóteses de nulidade	132
4.3	PLANO DA EFICÁCIA.....	136
4.3.1	Alteração das circunstâncias.....	137
4.3.2	O problema, transportado para os contratos existenciais e de lucro. O mito da finalidade comum.....	140
4.3.3	Onerosidade excessiva nos contratos existenciais e de lucro.....	144
4.3.4	A resilição nos contratos existenciais e de lucro	155
4.3.5	As consequências do inadimplemento.....	162
	CONCLUSÃO.....	165
	BIBLIOGRAFIA.....	175

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
Código Civil	Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Código Civil de 1916	Lei Federal nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.
Código de Defesa do Consumidor	Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990
Código de Processo Civil	Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ou LINDB	Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942
Lei de Locações	Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991
Lei de Greve	Lei Federal nº 7.783, de 28 de junho de 1989
Lei dos Planos de Saúde	Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em seu “Sovereign Virtue: the theory and practice of equality”, Ronald Dworkin propõe uma situação hipotética de profunda pertinência para este trabalho¹.

Imagine-se um grupo de náufragos que encontra, por sorte, uma ilha deserta e cheia de recursos naturais.

Nessa ilha, o emprego, a posição social, o grau de formação educacional dos náufragos quase não lhes tem serventia; são parte de uma vida passada. Trata-se de uma pequena sociedade, que acaba de nascer.

Aos náufragos será possível escolher a maneira como as riquezas da ilha serão distribuídas e aplicadas. Para instrumentalizar essa escolha, eles decidem distribuir entre si uma certa quantidade de uma moeda recém inventada, as “clamshells”. Com tal moeda, será possível fazer um leilão dos recursos naturais da ilha, como uma primeira distribuição de bens entre os náufragos.

Fantasiadamente, seguradoras surgem para oferecer apólices cobrindo todo tipo de contingência social: doença, falta de determinadas habilidades, ausência de emprego, idade avançada. As apólices estarão, então, entre os bens a serem arrematados no leilão.

Sabedores de que, nesse novo mundo, ainda não é possível identificar quais serão suas habilidades e deficiências, a oferta de apólices se torna interessante aos náufragos.

A questão reside em saber em que eles escolherão investir e em qual intensidade.

É perfeitamente possível escolher uma apólice bastante básica de seguro, ou nenhuma apólice, enquanto se investe muito na aquisição de recursos naturais. Mas também é possível diminuir um pouco os investimentos em recursos,

¹ DWORKIN, Ronald. **Sovereign Virtue**: the theory and practice of equality. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000. A situação hipotética descrita nos parágrafos seguintes está nas páginas 65-71 da referida obra.

garantindo um nível mínimo de seguridade que possibilite a superação de possíveis dificuldades.

A alegoria de Dworkin induz o leitor a questionar que tipo de prestações se esperaria de um Estado, caso não se tivesse ideia da posição social e idiossincrasias de sua existência. Certamente uma cobertura razoável seria escolhida pela maioria das pessoas.

Em um Estado neoliberal, esse problema da distribuição de riquezas e da satisfação de necessidades essenciais é resolvido em grande parte por meio de soluções de mercado. É no mercado que as pessoas encontram muitos dos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento de sua personalidade, como saúde, educação, moradia, previdência. Por vezes, a incapacidade do Estado de prestar adequadamente serviços públicos não dá alternativa às pessoas senão adquirir tais serviços no mercado.

Assim, a distribuição de riquezas deixa de ser um problema estritamente de direito público, para adentrar o campo do direito contratual. Os contratos são, numa sociedade capitalista contemporânea, uns dos mais importantes meios de distribuição de riqueza.

Não por outro motivo, sociólogos e juristas já viram nos contratos não só meios de troca, mas também de exercício de poder social². Os proprietários dos meios de produção detêm um poder inerente à importância dos bens e serviços que veiculam. Tal poder demanda a imposição de responsabilidades correspondentes, pena de tornar-se fatalmente um domínio tirano.

Por isso, é imprescindível que o Estado regule a forma como as pessoas adquirem bens e serviços essenciais por meio de contratos. Essas relações privadas têm uma importância social; não raro ditam as chances de vida das

² Vide: RENNER, Karl. **The institutions of private law and their social functions**. Translated by Agnes Schwarzschild. London: Routledge & Kegan Paul, 1949, p. 70-71 e 115; NIPPERDEY, Hans Carl. Direitos fundamentais e direito privado. Tradução de Waldir Alves. In: **Direitos fundamentais e direito privado: textos clássicos**. Organizador/revisor: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2012, p. 52-53 (original publicado em Festschrift für Erich Molitor. Geburtstag 3. Oktober 1961. Herausgegeben von Carl Nipperdey; München: Beck Verlag 1962, S. 17. Título no original: Grundrechte und Privatrecht; DÜRIG, Günther. Direitos fundamentais e jurisdição civil. Tradução de Luís Afonso Heck. In: **Direitos fundamentais e direito privado: textos clássicos**. Organizador/revisor: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2012, p. 42-43. Para anotações sobre a teoria de “poder social” de Gamillscheg, vide LEWAN, Kenneth M. The significance of constitutional rights: theory and practice in West Germany. In: **The International and Comparative Law Quarterly**, Vol. 17, No. 3, pp. 571-601 (Jul. 1968), p. 578-579.

pessoas. A ausência de regulação neste campo equivaleria a um liberalismo sem freios, cego a valores outros que não o da reciprocidade.

Malgrado pareça óbvia a relevância de uma tal regulação, a forma como ela deve se dar é bastante controversa.

Assim, a questão levantada por Dworkin continua sem resposta. Transplantada para o direito contratual, ela indaga que tipo de regulação se deseja para instrumentalizar a divisão de riquezas ocorrida por meio dos contratos.

A dicotomia “existencial v. lucro”, mote deste trabalho, representa uma tomada de decisão frente à alegoria de Dworkin. De sua estrutura se infere a necessidade de tratamento diferente entre contratos que visam ao lucro e aqueles que veiculam ou envolvem bens e serviços de relevância primária para o desenvolvimento da personalidade.

Não por acaso, Antônio Junqueira de Azevedo expôs a dicotomia pela primeira vez em resposta a uma preocupação generalizada com um possível excesso de intervenção judicial nos contratos de consumo, os quais veiculam o maior número de bens e serviços essenciais³.

Nesse contexto, as categorias “existencial” e “de lucro” delimitariam territórios em que intervenções judiciais assumiriam contornos nitidamente diferentes⁴.

Na seara dos contratos de lucro, seria salutar, até necessário, que agentes econômicos ineficientes fossem expulsos do mercado⁵. Isso porque faz parte do jogo concorrencial que os agentes econômicos paguem o preço de estratégias equivocadas. A neutralização de erros, por meio de uma intervenção judicial aguda nos contratos, inviabilizaria a competição inerente a uma economia de mercado; torná-la-ia desinteressante do ponto de vista da inovação e do empreendedorismo⁶.

³ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Relatório brasileiro sobre revisão contratual apresentado para as Jornadas Brasileiras da Associação Henri Capitant. In: AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Novos Estudos e pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 185.

⁴ Ibidem, loc. cit.

⁵ Ibidem, loc. cit.

⁶ FORGIONI, Paula. **Teoria geral dos contratos empresariais**. 2ª edição, revista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 91.

Os contratos existenciais, por sua vez, instrumentalizariam relações que dão acesso a bens e serviços essenciais à subsistência humana. Nesse campo, a competição inerente ao ambiente empresarial não tem sentido.

Isso porque as pessoas naturais têm um valor intrínseco, uma dignidade, ou, nas palavras de Azevedo, “não são descartáveis”⁷. A imprescindibilidade de determinadas contratações para a subsistência de seres que têm um valor intrínseco é o que justificaria uma dogmática diferente para tais avenças, incluindo uma intervenção judicial mais aguda.

Certamente um dos méritos de Junqueira de Azevedo é ter enfrentado este problema com desassombro, propondo soluções práticas contundentes. A ineficácia de cláusulas contratuais que ofendem direitos fundamentais e a adoção da onerosidade excessiva subjetiva fora dos limites do Código de Defesa do Consumidor⁸, são apenas exemplos de soluções propostas por Azevedo que merecem estudo neste trabalho.

Essa alteração de pontos da dogmática contratual em função da qualidade de determinados contratos é um grande desafio para os civilistas, especialmente no que toca aos contratos existenciais, uma categoria nova. O risco evidente é o de romper com as regras postas, instaurar o caos por meio de conjecturas etéreas, distantes da letra da lei e da dogmática clássica⁹. E com isso, surge a possibilidade de adoção de visões unilaterais do contrato, de paternalismos exagerados que podem causar disfunções econômicas, a pretexto de dar limites razoáveis à busca pelo lucro.

⁷ ENTREVISTA: Antônio Junqueira de Azevedo. In: **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Padma, ano 9, vol. 34, abril-junho/2008, p. 304-305.

⁸ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Relatório brasileiro sobre revisão contratual apresentado para as Jornadas Brasileiras da Associação Henri Capitant. In: AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Novos Estudos e pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 194.

⁹ Não por acaso, é exatamente esta a angústia de Daisy Gogliano sobre a aplicação irrefletida da função social do contrato. Como se verá, há uma íntima relação entre o tema da função social do contrato e a distinção entre contratos existenciais e de lucro. “A função social do contrato, como razão e motivo, nos moldes em que está sendo proposta, cai no vazio, no subjetivismo, apta a conduzir a arbitrariedades, dada a sua relatividade, porque o que é social para um poderá não sê-lo para outro, e em nome do “social” como função, facilmente instaura-se a insegurança jurídica, adotando-se uma teoria revisionista dos contratos, influenciada pela compreensão vaga e imprecisa do negócio jurídico, nessa tendência cada vez mais presente para generalizações e abstrações” GOGLIANO, Daisy. A Função Social do Contrato (causa ou motivo). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, vol. 99, p. 153-198, ano 2004. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67622>, p. 153. Acessado em 17.04.2017.

Tais questões se tornam mais eloquentes à medida em que nos deparamos com casos em que o Poder Judiciário brasileiro utilizou raciocínio parecido com aquele inerente aos contratos existenciais, a fim de evitar ofensas a direitos fundamentais da pessoa humana na seara contratual.

Tome-se como exemplo casos nada raros de planos de saúde empresariais que são resilidos unilateralmente, enquanto seus beneficiários se encontram em meio a tratamentos críticos.

Ao contrário do disposto para planos médicos individuais, a Lei dos Planos de Saúde e a Resolução Normativa ANS nº 195/2009 não vedam a rescisão unilateral de planos empresariais¹⁰, apenas impondo à operadora um prazo mínimo de vigência do plano a concessão de um aviso prévio de 60 dias.

Decisões de tribunais estaduais vêm contrariando a interpretação literal das referidas regras, especialmente quando a rescisão é noticiada em meio a tratamento de doença grave.

Na maioria dos casos, a noção de que o serviço contratado é essencial para seus beneficiários faz com que decisões considerem abusiva a rescisão do contrato empresarial sem motivação externada pela operadora. Em alguns casos, os Tribunais sinalizam a exigência de que a operadora abra uma renegociação do contrato antes de declarar sua intenção de rescindir, dada a importância que o plano de saúde tem para seus beneficiários¹¹.

¹⁰ Vale a transcrição do dispositivo: “Artigo 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação. Parágrafo único. Os produtos de que trata o *caput*, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas: I - a recontagem de carências; II – a suspensão ou rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência; e III – a suspensão ou rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular”. BRASIL. **Lei Federal nº 9.656/1998**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9656.htm. Acessado em 17.04.2017.

¹¹ Vide excerto de julgado do TJDF: “4) **Em se tratando de bens essenciais como a proteção ou a cobertura de doenças, essa contratação não pode sofrer interrupção sem causa razoável e sem oportunidade de ampla discussão, revisão ou resolução das bases contratuais anteriores e oportunidade para a manutenção do contrato mediante reajustamento do custeio**”. BRASIL. TJDF. Apelação nº 20130111709368APC (Acórdão n.834965). 5ª TURMA CÍVEL. Desembargador Relator LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS. Desembargador Revisor SEBASTIÃO COELHO. Data de Julgamento: 26/11/2014. Publicado no DJE: 02/12/2014, pág.: 348. No TJSP: BRASIL. TJSP. Apelação nº 1119173-07.2014.8.26.0100. 7ª Câmara de Direito Privado.

Em outras decisões, reconhece-se a legalidade da rescisão unilateral do contrato pela operadora no caso dos planos empresariais, mas determina-se a continuidade da avença para empregados que estejam sob tratamento médico crítico, sob a ideia de que o bem da vida tutelado se sobrepõe a qualquer outro interesse negocial¹².

A diversidade de soluções judiciais para problemas parecidos revela a necessidade de parâmetros mais claros para a solução de problemas contratuais envolvendo situações existenciais. É preciso aprofundar as relações de interdependência entre autonomia privada e preservação da dignidade humana para dar cabo deste problema sem cairmos em casuísmos.

1. Síntese do problema

Como se viu, fenômenos de expansão e restrição da eficácia de cláusulas contratuais em consideração a direitos essenciais à subsistência humana são uma realidade no direito civil. Tais fenômenos nem sempre se estribam – ou deveriam se estribar - na invalidade do negócio jurídico ou de cláusula contratual, mas sim na perspectiva de que a falta de qualquer intervenção resultaria em prejuízo enorme a algum direito fundamental.

Os conceitos de contrato existencial e contrato de lucro são importantes para desvendar a racionalidade jurídica por trás das referidas decisões, porque nos ajudam a identificar interesses fundamentais no seio de tais contratos. As decisões judiciais passaram por esta averiguação, ainda que implicitamente.

A questão está em como fazer a racionalidade jurídica tomada nestas decisões emergir e tornar-se clara; como encontrar fundamentos que as justifiquem ou que as provem incorretas.

Desembargador Relator RÔMULO RUSSO. Data de julgamento: 14/02/2017. Data de registro: 14/02/2017.

¹² BRASIL. TJSP. Apelação nº 1017943-40.2015.8.26.0405. 7ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES. Data do julgamento: 24/03/2017. Data de registro: 28/03/2017; BRASIL. TJSP. Apelação nº 1007422-78.2015.8.26.0100. Desembargador Relator RÔMULO RUSSO. 7ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 13/02/2017. Data de registro: 13/02/2017; BRASIL. TJSP. Agravo de instrumento nº 0000109-92.2015. 7ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator LUIZ ANTONIO COSTA. Data de julgamento: 23/06/2015.

A dicotomia “existencial v. lucro” tem o mérito de tornar explícita a necessidade de tratamento diferenciado a categorias contratuais radicalmente distintas. Como visto, essas categorias têm o mérito de ampliar as justificativas de intervenção judicial nos contratos, delimitando, ao mesmo tempo, o campo de pertinência de tais justificativas.

A par de tais possibilidades, essa novel nomenclatura suscita ainda muitos questionamentos. Entre eles, as seguintes serão objeto deste trabalho:

- (i) Qual é a estrutura dos contratos existenciais e de lucro? Quais são os seus traços distintivos?
- (ii) Quais os fundamentos jurídicos e ideológicos da distinção entre contratos existenciais e de lucro? Elas se amoldam aos valores contidos na Constituição Federal e na legislação brasileira?
- (iii) O conceito de contrato existencial pode revelar mecanismos excepcionais de restrição da eficácia de avenças entre as partes e perante terceiros, a fim de preservar direitos fundamentais inerentes à subsistência humana?
- (iv) Por meio de quais princípios e cláusulas gerais essa distinção encontraria espaço para aplicação no ordenamento brasileiro?
- (v) Quais os limites e as diretrizes de tais mecanismos de restrição e expansão de eficácia?
- (vi) Como controlá-los a fim de manter intacta a liberdade de contratar e o princípio da obrigatoriedade dos contratos?
- (vii) Qual é o limite do sacrifício das partes a fim de preservar direitos fundamentais inerentes à subsistência humana?
- (viii) A distinção entre contratos existenciais e de lucro é exaustiva, ou seja, é capaz de abarcar todos os tipos de contrato? Se negativa a resposta, como abordar a dicotomia?

Tais questões precisam ser analisadas com cuidado de artesão. Afinal, a configuração dada aos contratos existenciais e as consequências desta distinção

afetam um balanço entre liberdade negocial e outros direitos fundamentais já estabelecido pelo direito civil clássico, com consequências diretas para a economia em geral e para os contratantes.

O desafio deste trabalho é justamente construir pontes dogmáticas seguras para a tutela de tais avenças, sem quebra da lógica econômico-social de tais contratos.

2. Plano do trabalho

O trabalho está dividido em 4 capítulos.

No primeiro capítulo, os contratos existenciais e de lucro são apresentados a partir do exame dos textos de Antônio Junqueira de Azevedo e da doutrina superveniente sobre o tema. Com isso, delimitar-se-ão as principais características dos contratos existenciais e de lucro.

No capítulo seguinte, busca-se elaborar um guia procedimental para elaboração e análise de decisões envolvendo contratos existenciais, a partir de teorias sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Para compreender a faceta material dos problemas a serem resolvidos por meio da dicotomia, dedicou-se o terceiro capítulo à análise de teorias brasileiras e estrangeiras sobre regulação contratual que tenham sido delineadas em função do papel econômico e social dos contratos.

No último capítulo, as diferenças relativas à intervenção judicial nos contratos existenciais e de lucro são criticamente analisadas, propondo-se soluções práticas aos problemas abordados ao longo do trabalho.

A causa final e a cláusula geral da função social do contrato são condutoras da referida análise, traçando um iter analítico das situações jurídicas abarcadas pelas categorias contratuais, bem como dos limites e possibilidades de intervenção judicial nos contratos existenciais e de lucro.

CONCLUSÃO

Pudemos concluir que:

1. A razão de ser da dicotomia “existencial v. lucro” reside na necessidade de balizas diferentes de intervenção judicial nos contratos, de acordo com a finalidade da avença, se existencial ou de lucro.
2. Contratos de lucro são aqueles cuja causa aponta ao escopo bilateral de lucro. Podem ser firmados entre empresários, entre empresário e pessoa física, ou entre duas pessoas naturais, desde que as referidas pessoas naturais tenham intento de lucro.
3. Na seara dos contratos de lucro, a intervenção judicial deve ser mais parcimoniosa. É salutar, até necessário, que agentes econômicos ineficientes sejam expulsos do mercado. Faz parte do jogo concorrencial que os agentes econômicos paguem o preço por terem adotado estratégias equivocadas. A neutralização de erros inviabiliza a competição inerente a uma economia de mercado; torna-a desinteressante do ponto de vista da inovação e do empreendedorismo.
4. Os contratos exercem um papel indispensável na atividade empresarial. Contratos instrumentalizam as relações interempresariais, tornando-as estáveis. Afastam o oportunismo dos agentes econômicos e tornam viáveis trocas de insumos e serviços inerentes à atividade empresarial. É natural que a estratégia dos agentes econômicos até o lucro esteja estruturada em contratos. Uma intervenção aguda nesse ambiente institucional tem justamente o efeito de neutralizar erros estratégicos, retirando o prêmio – maior lucro – daqueles empresários que adotaram estratégias mais eficientes.
5. Os contratos existenciais, por sua vez, são aqueles em que ao menos uma das partes é pessoa física e busca satisfazer, diretamente por meio do contrato, direitos fundamentais ligados à subsistência humana. Tais

necessidades estão intimamente ligadas a direitos fundamentais sociais, como educação, saúde, moradia, alimentação, entre outros.

6. Nesse ambiente, a competição inerente ao ambiente empresarial não tem sentido. Isso porque as pessoas naturais têm um valor intrínseco, uma dignidade, ou, nas palavras de Azevedo, “não são descartáveis”³⁴³.
7. Em uma economia de mercado, como a brasileira, vários dos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento de tais pessoas são adquiridos por meio de relações contratuais. A imprescindibilidade de determinadas contratações para a subsistência de seres que têm um valor intrínseco é o que justificaria uma dogmática diferente para tais contratações, incluindo uma intervenção judicial mais aguda nos contratos ditos existenciais.
8. Para além dos contratos existenciais, seria possível identificar traços existenciais em contratos firmados por pessoas jurídicas com e sem fins lucrativos, desde que tais contratos instrumentalizem ou afetem tais interesses existenciais de terceiros.
9. Contratos firmados por pequenas empresas não podem ser alçados ao patamar de contratos existenciais, porque isso importaria retirar-lhes indevidamente da lógica comercial. Ainda assim, é possível que se encontrem traços existenciais em tais contratos, na medida em que sua execução possa afetar direitos fundamentais imprescindíveis à subsistência humana.
10. Os contratos existenciais e de lucro são diferenciados, na obra de Antônio Junqueira e Azevedo, pela análise conjunta do objeto da contratação e de sua finalidade para um ou ambos contratantes. Na teoria do negócio jurídico, a finalidade da contratação é estudada não pela análise fragmentada dos elementos “objeto” e “contratante”, mas sob o signo da causa final. O conceito de causa final instrumentaliza a discussão sobre até que ponto o interesse que uma das partes tem no contrato é de tamanha relevância a ponto de afetar sua regulação.

³⁴³ ENTREVISTA: Antônio Junqueira de Azevedo. **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Padma, ano 9, vol. 34, abril-junho/2008, p. 304/305.

11. Uma das justificativas para a intervenção na regulação de contratos existenciais com base no interesse visado pelo contratante está na eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas. Tendo em vista que os contratos existenciais instrumentalizam a satisfação de necessidades primeiras ou de alta relevância para o desenvolvimento da personalidade, caberia ao Estado regular os referidos contratos de maneira a respeitar e promover os direitos fundamentais ligados à satisfação das referidas necessidades.
12. Os direitos fundamentais influenciam as relações privadas de maneira mediata quando (i) tornam nulas leis aplicáveis às relações privadas e ofensivas a tais direitos; (ii) são utilizados como parâmetros de interpretação de regras e aplicação de cláusulas gerais. Referida influência se dá de maneira imediata quando as disposições constitucionais são utilizadas sem mediação na resolução de conflitos entre privados.
13. Se houver regra legal ou cláusula geral aplicável ao conflito privado que envolva direitos fundamentais, considera-se obrigatória a utilização dos referidos dispositivos na resolução da disputa, adotando então o método da eficácia mediata dos direitos fundamentais nas relações privadas. Isso pode significar, na prática, a declaração da inconstitucionalidade de um dispositivo legal, sua interpretação conforme a Constituição. Apenas na ausência de dispositivo legal cabível, a utilização da eficácia imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas é permitida.
14. Enquanto a legislação traduz os direitos fundamentais à linguagem bilateral das relações particulares, a incidência imediata dos direitos fundamentais nas relações privadas impescinde de uma adaptação do sentido de tais direitos às relações de direito privado³⁴⁴. A relação de direito privado merece

³⁴⁴ No mesmo sentido: COLLINS, Hugh. On the (In)compatibility of Human Rights Discourse and Private Law. **LSE, Law, Society and Economy Working Papers 7/2012**. London School of Economics and Political Science, p. 25/26. Disponível em www.lse.ac.uk/collections/law/wps/wps.htm; ALEXANDER, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2ª edição. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 528. CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª edição. Coimbra: Almedina (s.d.), p. 1288; SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, 259.

tratamento diferente porque ambas as partes em conflito detêm direitos fundamentais, ao contrário do que ocorre com as relações de direito público, em que apenas o cidadão exerce direitos fundamentais.

15. Pela via direta ou indireta, a eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas se dá por meio de um sopesamento. No campo contratual, sugere-se que tal sopesamento seja realizado a partir da análise conjunta das relações de interesse/sacrifício que subjazem o contrato, utilizando-se critérios de adequação e proporcionalidade em sentido estrito. Na comparação entre tais relações interesse/sacrifício é que sobressairá um conflito entre direitos fundamentais e, mais abstratamente, entre a obrigatoriedade dos contratos e um direito fundamental.
16. Caso a análise dessa relação aponte uma restrição insuportável a um direito fundamental, de fato a autonomia privada poderá eventualmente ceder parte de seu espaço para acomodar outro direito fundamental. Nesse caso, ocorre uma intervenção judicial no contrato.
17. O uso da proporcionalidade como guia de argumentação é instrumento que controla tão somente o procedimento de aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas. Ao final do teste de proporcionalidade, nenhuma das máximas do princípio da proporcionalidade consegue controlar a valoração material dos direitos fundamentais em jogo nas relações contratuais. É o operador quem dita qual a medida da importância de cada um dos direitos fundamentais em jogo para dizer, afinal, que um direito é importante o suficiente a ponto de justificar um certo sacrifício de outro direito fundamental.
18. Os conceitos de contrato existencial e de lucro representam uma tomada de posição valorativa sobre como a regulação contratual deveria se comportar em cada uma destas categorias, como uma diretriz para a formulação de precedências “prima facie” a serem aplicadas às relações contratuais.
19. A doutrina reconhece que o contrato é um dos principais meios de distribuição de riquezas em uma sociedade capitalista e liberal. Ao mesmo tempo, reconhece-se a importância que tal distribuição de riqueza tem para

a fruição de direitos fundamentais, para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos.

20. Por isso, a doutrina nacional e estrangeira oferece modelos regulatórios que procuram moldar a disciplina jurídica do contrato a fim de proteger a fruição de tais direitos fundamentais, muitas vezes ligados à concretização de direitos sociais, no caso dos contratos existenciais.
21. Modelos regulatórios que priorizam a proteção absoluta do mínimo existencial, concebido como as condições básicas para a sobrevivência da pessoa humana e sua inserção econômico-social, não levam em conta a ausência de culpa do contratante necessitado para lhe conferir proteção. É o que se vê nos casos de regulação dos efeitos dos contratos de empréstimo em caso de superendividamento no Brasil.
22. Na Finlândia, há legislação que proporciona maiores benesses ao contratante necessitado mas, para isso, exige que o contratante necessitado não tenha concorrido para a configuração da situação de necessidade tutelada. É o caso da possibilidade de alteração do programa de cumprimento das obrigações de um contratante, quando se encontra em situação de desemprego, baixa-renda, doença, por razões que independem de seus esforços.
23. Tais modelos regulatórios não são excludentes. Ao contrário, vê-se vantagem em que sejam combinados para que o conceito de contrato existencial sirva a uma tutela mais abrangente de necessidades sociais.
24. A função social do contrato ressalta a importância global dos arranjos contratuais no atingimento dos objetivos de um Estado Social de Direito. Remete o instituto jurídico do contrato à sua função econômico-social, à operação econômica a ele subjacente, inserindo-o numa ordem de valores pluralista. Propõe uma conciliação entre a fruição de direitos subjetivos, como a propriedade, e as metas de bem-estar da sociedade.
25. Impõe-se, portanto, um dever de solidariedade entre privados, na seara contratual, para que se chegue ao sucesso deste modelo de Estado.

26. Como cláusula geral, a medida dos deveres impostos pela função social do contrato deve ser retirada da ideia de ordem econômica fulcrada na Constituição, especialmente em seus artigos 1º, 3º, 6º e 170 da Constituição Federal.
27. Iluminados por tais disposições, chega-se à conclusão de que a função social do contrato não reside na deturpação das finalidades econômicas do contrato, porque isso fatalmente feriria a livre iniciativa, um dos fundamentos da ordem econômica.
28. Se a função econômica do contrato é, como vimos acima, a circulação de riquezas, a função social do contrato deve assegurar que tal circulação de riquezas contemple todos os objetivos e princípios acima elencados.
29. Assim, a execução de um contrato não pode retirar do devedor os meios para sua existência digna. Tampouco pode ofender o meio ambiente, a livre iniciativa. Por uma questão de solidariedade, a função social do contrato deve fazer surgir deveres laterais de conduta quando as riquezas que circulam por meio dos contratos atinem diretamente a direitos sociais, como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, nos termos do rol exemplificativo contido no artigo 6º da Constituição Federal.
30. A função social também valora a causa de um contrato a partir da relevância que determinadas finalidades perseguidas pelo contrato têm para direitos fundamentais que integram a dignidade da pessoa humana. E, nesse ponto, impõe limites à liberdade dos contratantes, quando não lhes permite executar uma obrigação até suas últimas consequências, ou lhes impõe deveres laterais de conduta.
31. A influência de tais ditames constitucionais nas avenças, por meio da cláusula geral da função social do contrato, tem o condão de limitar situações jurídicas subjetivas, e de impor ao titular do direito o dever de respeito a interesses de relevância ímpar, como a preservação da dignidade humana do contratante.

32. Enquanto a causa final concreta identifica a função econômico-social de um determinado contrato, a função social retira esse dado do plano da existência do negócio jurídico para compará-lo a um padrão esperado de circulação de riquezas, ou de justiça contratual.
33. No plano da eficácia, a disfunção da causa é tratada como uma distorção da função social do contrato em sentido amplo ou estrito. A função social em sentido amplo, tal qual delineada por Tomasevicius Filho, determina a aplicação das consequências da impossibilidade superveniente, da onerosidade excessiva, determina a limitação de faculdades, para que seu exercício não implique o sacrifício desproporcional de direitos de alta relevância para o desenvolvimento da personalidade do parceiro contratual. Impõe deveres laterais, no mesmo sentido.
34. A função social em sentido estrito se aplica aos casos em que o contrato produz externalidades, ou violações a direitos metaindividuais. Quando não houver lei que regule a compensação de tais externalidades, as cláusulas contratuais que as produzem devem ser consideradas ineficazes. As consequências de uma tal ineficácia devem ser tratadas, entre os contratantes, de acordo com as regras de impossibilidade da prestação.
35. Partindo da premissa de que todo contrato tem causa, é possível acessar o plano da existência do negócio jurídico para dele abstrair a finalidade que os agentes perseguem com a realização do contrato. Da análise de tais finalidades é que se extrai se o contrato se encaixa entre as categorias existencial ou de lucro, para então determinar a sua disciplina específica.
36. Observa-se, todavia, que no plano da eficácia, a função social do contrato pode afetar o programa contratual, não porque a causa do referido contrato não condiz com sua função social, mas porque sua execução passa a (i) afetar direitos metaindividuais, como o direito ao meio ambiente saudável, ou (ii) ofender direitos individuais de relevantíssima importância ao desenvolvimento da personalidade de um contratantes.
37. No plano da validade, dadas as consequências drásticas decorrentes da nulidade ou anulabilidade de um pacto, a formulação das hipóteses desses

fenômenos é questão de política legislativa. Dai porque a cláusula geral da função social do contrato é inapta à elaboração de novos casos de nulidade ou anulabilidade de contratos.

38. Ainda assim, uma parte significativa das hipóteses desses fenômenos encontra razão de ser na função social dos contratos e searas de aplicabilidade maiores ou menores, a depender tratar-se de contrato existencial ou de lucro.
39. A título de exemplo, a finalidade empresarial de uma avença torna-a incompatível com o instituto da lesão por inexperiência ou premente necessidade. Ser condescendente com a falta de experiência na seara empresarial seria o mesmo que neutralizar as vantagens competitivas normais e desejáveis do mercado. Também é difícil pensar hipóteses em que uma contratação mais onerosa devido à premente necessidade de uma empresa não esteja incluída na álea normal de um negócio.
40. No plano da eficácia, a onerosidade excessiva se aplica de maneira diferente nos contratos existenciais e de lucro. Nos contratos de lucro, a onerosidade excessiva deve se aplicar para conservar a causa sinalagmática, ou a contrapartida convencionada entre as partes, em atenção à repartição de riscos entabulada na avença.
41. Nos contratos existenciais, a onerosidade excessiva pode se fundar não só na conservação da causa sinalagmática, mas também na alteração de circunstâncias que mude a capacidade que uma das partes detém de cumprir com sua obrigação sem prejuízo de seu mínimo existencial.
42. Um exemplo disso seria o de um empréstimo cujo valor da parcela se torna gradativamente desproporcional à própria renda do devedor, até comprometer sua subsistência, por circunstâncias supervenientes - como o desemprego, o congelamento de salários, o superendividamento.
43. Tratando-se tal intervenção judicial do fruto de uma ponderação entre interesses existenciais e não-existenciais, é necessário conferir-lhe balizas que maximizem a realização dos interesses conflitantes no caso concreto, ambos protegidos pelo ordenamento jurídico.

44. Assim, a intervenção no programa contratual deve proteger a fruição do direitos fundamental ligado à subsistência humana, mas ao mesmo tempo deve ser a que menores reflexos negativos implique ao interesse do credor. Uma intervenção judicial ótima poderia consistir no parcelamento da dívida, no caso da desproporcionalidade superveniente do empréstimo, de modo que a execução do contrato deixe de privar o devedor de seu mínimo existencial. Em compensação a tal alteração, um montante maior de juros seria, ao final, pago à credora, devido ao maior protraimento das parcelas no tempo.
45. Raciocínio semelhante poderia ser utilizado para aplicar aos contratos existenciais institutos como a impossibilidade subjetiva e a impraticabilidade de obrigações contratuais, quando a performance de tais prestações significar um prejuízo ao mínimo existencial ou, ainda um prejuízo desarrazoado a direitos fundamentais da pessoa humana. A razoabilidade do sacrifício de tais direitos deve ser aferida a partir da ponderação entre as relações interesse/sacrifício das partes, tal qual explicitado no item 2.5.2 deste trabalho.
46. Nos contratos de lucro, a natureza exclusivamente patrimonial do conflito torna a necessidade de intervenção judicial menos aguda. A rescisão ilegal do contrato, por exemplo, pode ser compensada por uma indenização.
47. Nos contratos existenciais, a potencialidade de dano irreversível a bens como a saúde torna a intervenção judicial potencialmente mais aguda. Em alguns casos práticos, verificou-se, implicitamente, a imposição de uma responsabilidade social a grandes empresas, como planos de saúde, para além da relação sacrifício/interesse comportada pelo contrato.
48. Esse tipo de raciocínio judicial implica uma espécie de “ressecuritização” de riscos, transferindo aos demais consumidores os custos da responsabilidade social imposta em tais casos práticos. Embora essa ressecuritização seja desejável em muitos pontos, não é adequado que ela seja imposta sem uma deliberação democrática a esse respeito na esfera legislativa.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ruy Rosado de. Contratos relacionais, existenciais e de lucro. **Revista Trimestral de Direito Civil**, vol. 45, p. 91-110, jan-mar 2011.

ALEMANHA. **Basic Law for the Federal Republic of Germany**. Disponível em https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_gg/englisch_gg.html#p0021. Acessado em 12.07.2017.

_____. **BVerfGE 7, 198, 15.01.1958**. Tradução de Tony Weir. Copyright: Professor Basil Markesinis. Disponível em <https://law.utexas.edu/transnational/foreign-law-translations/german/case.php?id=1369>. Acessado em 28.07.2017.

_____. **German Civil Code BGB**. Acessível em http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_bgb/englisch_bgb.html#p1141. Acessado em 12.07.2016.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2ª edição. São Paulo: 2014.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANDRADE, Fabio Siebeneichler de. Causa e consideration. **Revista Ajuris**, nº 35, ano XVIII. Porto Alegre: Ajuris, p. 276-284, nov. 1991.

AQUINO, Santo Tomás de. Whether it is lawful for a man to possess things as his own. In: **Summa Theologica**. Disponível em <https://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.pdf>. Acessado em 30.11.2017.

_____. Whether it is natural for man to possess external things. In: **Summa Theologica**. Disponível em <https://www.ccel.org/ccel/aquinas/summa.pdf>. Acessado em 30.11.2017.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. **Metaphysics**. W.D. Ross (trad.). 1994. Disponível em: <http://classics.mit.edu/Aristotle/metaphysics.5.v.html>. Acessado em 18.05.2016.

_____. **Política**. Libro II, Capítulo II. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acti on=&co obra=6486. Acessado em 30.11.2017.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio Jurídico e Declaração Negocial**. 1986.

_____. Princípios do novo direito contratual. Desregulamentação do mercado. Direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento. Função social do contrato. Responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual. In: **RT**, ano 87, vol. 750, p. 113-120, abril/1998.

_____. **Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Natureza jurídica do contrato de consórcio. Classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato. In: **Revista dos Tribunais**, ano 94, v. 832, p. 115-137, fev. 2005.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). In: **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, vol. 58/2007, p. 129-173, jan/março de 2007. Acessado pela versão eletrônica disponível em www.rtonline.com.br. Último acesso em 10.07.2017.

BAZYLER, Michael J. Contemporary Legal Lessons from the Holocaust. In: **Jewish Political Studies Review**, vol. 19, nº 1/2, p. 15-23, primavera de 2007.

- BENACCHIO, Marcelo. Inadimplemento das Obrigações. Renan Lotufo e Giovanni Nanni (org.). **Obrigações**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 542-570.
- BERALDO, Leonardo de Faria. **Função Social do Contrato**: contributo para a construção de uma nova teoria. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- BESSONE, Darcy. **Do contrato (teoria geral)**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. **Aspectos da evolução da teoria dos contratos**. São Paulo: Saraiva, 1949.
- BETTI, Emilio. **Teoria Geral do Negócio Jurídico**. Fernando de Noronha (trad.). Coimbra: Coimbra Editora, 1970.
- BÍBLIA SAGRADA. Disponível em:
<http://liturgiadiaria.cnbb.org.br/app/user/user/UserView.php?ano=2017&mes=10&dia=29>.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. A teoria Aristotélica da Justiça. In: **Revista da Faculdade de Direito da USP**, p. 53-73, ano 92 (1997).
- BIZELLI, Rafael Ferreira. Contratos existenciais: contextualização, conceito e interesses extrapatrimoniais. In: **Revista Brasileira de Direito Civil**, vol. 6, p. 69-94, out-dez/2015.
- BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito compiladas pelo Dr. Nello Morra. Tradução e notas de Marcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei Federal nº 1.572/2001. Disponível em
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508884>. Acessado em 11.11.2017.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. Disponível em

ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em 23.04.2017.

_____. STF. Recurso extraordinário nº 161243. Tribunal Pleno. Relator Ministro SYDNEY SANCHES. Julgado em 07/10/1999, DJ 17-12-1999 PP-00004 EMENT VOL-01976-02 PP-00415.

_____. STF. Recurso extraordinário nº 158215/RS. SEGUNDA TURMA, Ministro Relator MARCO AURÉLIO. Julgado em 30/04/1996, DJ 07-06-1996 PP-19830 EMENT VOL-01831-02 PP-00307 RTJ VOL-00164-02 PP-00757.

_____. STF. Recurso Extraordinário nº 201.819-8/RJ. 2ª Turma. Ministra Relatora ELLEN GRACIE NORTHFLEET. Ministro Relator para o acórdão GILMAR FERREIRA MENDES. Julgamento em 11.10.2005.

_____. STF. Recurso Extraordinário nº 683751. Relator Ministro CELSO DE MELLO. Julgado em 24/06/2015, publicado em 01/07/2015.

_____. STJ. Recurso Especial nº 534.105/MT. QUARTA TURMA. Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA. Julgado em 16/09/2003, DJ 19/12/2003, p. 487.

_____. STJ. Recurso especial nº 936.741 – GO. Quarta turma. Relator Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA. Julgado em 09.03.2011. Publicado em 08.03.2012.

_____. STJ. Resp nº 1320805/SP. 4ª Turma. Ministra relatora MARIA ISABEL GALLOTTI. Julgamento em 05.12.2013. Publicação em 17.10.2013.

_____. STJ. AgRg no AResp nº 7865/RO. 4ª Turma. Julgamento em 20.02.2014. Publicação em 05.03.2014.

_____. STJ. AgRg no Resp nº 1431932. 3ª Turma. Ministro relator SIDNEI BENETI. Julgamento em 27.05.2014. Publicação em 09.06.2014.

_____. STJ. AgRg no Resp nº 1457098/DF. 4ª Turma. Ministro relator LUIS FELIPE SALOMÃO. Julgamento em 28.04.2015. Publicação em 05.05.2015.

_____. STJ. AgRg no AResp nº 655341/MG. 4ª Turma. Ministro relator RAUL ARAÚJO. Julgamento em 05.05.2015. Publicação em 05.05.2015.

_____. STJ. AgRg no Resp nº 1523036/RS. 3ª Turma. Ministro relator MARCO AURÉLIO BELLIZZE. Julgamento em 02.06.2015. Publicação em 16.06.2015.

- _____. STJ. AgRg no AREsp 180.362/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 16/08/2016
- _____. STJ. REsp 1663459/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 10/05/2017.
- _____. STJ. AgRg no Ag 1320867/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 19/06/2017.
- _____. TJDF. Apelação nº 20130111709368APC (Acórdão n.834965). 5ª TURMA CÍVEL. Desembargador Relator LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS. Desembargador Revisor SEBASTIÃO COELHO. Data de Julgamento: 26/11/2014. Publicado no DJE: 02/12/2014, pág.: 348 (grifo nosso).
- _____. TJSP. Agravo de instrumento nº 0087723-77.2011.8.26.0000. 29ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator FRANCISCO THOMAZ. Julgado em 03.08.2011. Registrado em 08.08.2011.
- _____. TJSP. Apelação Cível nº 0110211-17.2011.8.26.0100. 7ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator FERREIRA DA CRUZ. Data do julgamento: 12/09/2012. Data de registro: 17/09/2012.
- _____. TJSP. Apelação nº 0017634-98.2008.8.26.0302. 10ª Câmara de Direito Privado. Desembargador relator CARLOS ALBERTO GARBI. Julgamento em 11.06.2013. Publicação em 13.06.2013.
- _____. TJSP. Apelação nº 0062812-58.2012.8.26.0002. 9ª Câmara de Direito Privado. Desembargador relator ALEXANDRE LAZZARINI. Julgamento em 14.10.2014. Publicação em 15.10.2014.
- _____. TJSP. Apelação nº 0130620-77.2012.8.26.0100. 3ª Câmara de Direito Privado. Desembargador relator CARLOS ALBERTO DE SALLES. Julgamento em 13.08.2014. Publicação em 12.08.2014.
- _____. TJSP. Apelação nº 9259015-79.2008.8.26.0000. 15ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator Airton Pinheiro de Castro. Julgamento em 28.04.2015. Publicação em 01.05.2015.

_____. TJSP. Agravo de instrumento nº 0000109-92.2015. 7ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator LUIZ ANTONIO COSTA. Data de julgamento: 23/06/2015.

_____. TJSP. Apelação nº 1000853-87.2014.8.26.0038. 10ª Câmara de Direito Privado. Desembargador relator CARLOS ALBERTO GARBI. Julgamento em 25.08.2015. Publicação em 28.08.2015.

_____. TJSP. Apelação nº 10095045-82.3015.8.26.0011. 9ª Câmara de Direito Privado. Desembargador relator ALEXANDRE LAZZARINI. Julgado em 15.03.2016. Publicado em 16.03.2016.

_____. TJSP. Apelação nº 1007422-78.2015.8.26.0100. Desembargador Relator RÔMOLO RUSSO. 7ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 13/02/2017. Data de registro: 13/02/2017.

_____. TJSP. Apelação nº 1119173-07.2014.8.26.0100. 7ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator RÔMULO RUSSO. Data de julgamento: 14/02/2017. Data de registro: 14/02/2017.

_____. TJSP. Apelação nº 1017943-40.2015.8.26.0405. 7ª Câmara de Direito Privado. Desembargador Relator JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES. Data do julgamento: 24/03/2017. Data de registro: 28/03/2017.

BROWSWORD, Roger; HOWELLS, Geraint; WILHELMSSON, Thomas. **Welfarism in Contract Law**. Aldershot: Dartmouth Publishing Book, 1994.

BUERES, Alberto J. **Objeto del negocio jurídico**. 2ª edição. Buenos Aires: Hammulabi, 1998.

CALASSO, Francesco. **Medio evo del diritto**. Milão: Giuffrè, 1954.

_____. **Il Negozio giuridico: lezioni di storia del diritto italiano**. 2ª edição. Milão: Giuffrè, 1967.

CAMPBELL, David. Reflexivity and welfarism in the modern law of contract. In: **Oxford Journal of Legal Studies**, vol. 20, p. 477-498, n. 3 (2000).

CAMPOS FILHO, Paulo Barbosa de. **O Problema da Causa no Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Max Limonad, 1959.

- CANARIS, Claus-Wilhem. **Direitos fundamentais e direito privado**. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto (trad.). Edição de julho/2003. Coimbra: Almedina, 2003.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7ª edição. Coimbra: Almedina, 2003.
- CAPELO DE SOUZA, Rabindranath Valentino Aleixo. **O direito geral de personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 2011
- CAPITANT, Henri Lucien. **De la cause des obligations (contrats, engagements unilatéraux, legs)**. 3ª edição. Paris: Dalloz, 1927.
- CARDOSO, Luiz Philipe Tavares de Azevedo. **A onerosidade excessiva no Direito Civil brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.2.2010.tde-19112010-082708. Acesso em: 18.04.2017;
- CASTRO, Torquato. **Da Causa no Contrato**. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- CASTRO Y BRAVO, Federico de. **El negocio jurídico**. Madrid: Civitas, 1985.
- CHEREDNYCHENCO, Olha. Fundamental rights and private law: a relationship of subordination or complementarity? In: **Utrecht Law Review**, vol. 3, issue 2, p. 1-25, (December) 2007. Disponível em <http://www.utrechtlawreview.org/>.
- _____; REICH, Norbert. The Constitutionalization of European Private Law: Gateways, Constraints, and Challenges (October 12, 2015). **European Review of Private Law**, Vol. 23, No. 5, p. 797-827, 2015. University of Groningen Faculty of Law Research Paper 2016-03. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2719739>. Acesso em 27.01.2017.
- COGO, Rodrigo Barreto. **A frustração do fim do contrato**. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
- COLLINS, Hugh. Utility and Rights in Common Law Reasoning: Rebalancing Private Law Through Constitutionalization. **LSE, Society and Economy Working Papers 6/2007**, p. 1-21. London School of Economics and Political Science, Law Department. Disponível em

<http://eprints.lse.ac.uk/24628/1/WPS06-2007Collins.pdf>. Acessado em 08.05.2017.

COLLINS, Hugh. On the (In)compatibility of Human Rights Discourse and Private Law. **LSE, Law, Society and Economy Working Papers 7/2012**. London School of Economics and Political Science, p. 1-44. Disponível em www.lse.ac.uk/collections/law/wps/wps.htm. Acessado em 08.05.2017.

COMISSÃO Europeia propõe um direito europeu comum facultativo dos contratos de compra e venda para fomentar o comércio e aumentar as escolhas dos consumidores. Bruxelas, 11.10.2011. In: **European Comission Press Release Database**. http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1175_pt.htm. Acessado em 18.04.2016.

D'ADDIO, Mario. La crisi dello Stato Liberale e l'avvento dello Stato Fascista. In: **Il Politico**, vol. 65, nº 4 (191), p. 501-561, out/dez de 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43101905>. Acessado em 18.07.2017.

DEIAB, Felipe Rocha. O alargamento do conceito de impossibilidade no direito das obrigações: a inexigibilidade e a frustração do fim do contrato. In: **Revista Quaestio iuris**, vol. 05, nº 01, p. 137-177, ISSN 1516-0351.

DE LA CRUZ, Rafael Naranjo. **Los Limites de los derechos fundamentales e nas relaciones entre particulares**: la buena fe. Madrid: Boletín Oficial del Estado y Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.

DEL NERO, João Schutzer. O significado jurídico da expressão “função social da propriedade”. In: **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, p. 79-97, volume 3, 1997.

DUGUIT, Léon. **Las transformaciones generales del derecho (publico y privado)**. Adolfo G. Posada Y Ramos Jaén (trad.). Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L.

DWORKIN, Ronald. Law as interpretation. In: **Critical Inquiry**, vol. 9, nº 1, The Politics of Interpretation (September 1982), p. 179–200, University of Chicago Press. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1343279>. Acessado em 02.07.2017.

_____. **Sovereign Virtue: the theory and practice of equality**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

_____. **Taking Rights Seriously**. Londres: Bloomsbury, 2013. Originalmente publicado em 1978.

ENTREVISTA: Antônio Junqueira de Azevedo. **Revista Trimestral de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Padma, ano 9, vol. 34, p. 91-110, abril-junho/2008.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FAUVARQUE-CÓSSON, Benedicte. The French Contract Law Reform in a European Context. In: **ELTE Law Journal**, 2014/1, p. 59-71. Acessível em <http://eltelawjournal.hu/french-contract-law-reform-european-context/>. Acessado em 31.05.2016.

FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho; BICALHO, Guilherme Pereira Dollabella. Do positivismo ao pós-positivismo jurídico: o atual paradigma jusfilosófico constitucional. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, ano 48, nº 189, p. 105-131, jan/mar 2008.

FERRAZ, Patricia Sá Moreira de Figueiredo. **A onerosidade excessiva na revisão e extinção dos contratos**: a concorrência na aplicação da regra dos artigos 317 e 478 do Código Civil vigente. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.2.2016.tde-16052016-163448. Acesso em: 17.04.2017.

FERREIRA, Keila Pacheco; MARTINS, Fernando Rodrigues. Contratos existenciais e intangibilidade da pessoa humana na órbita privada: homenagem ao pensamento vivo e imortal de Antônio Junqueira de Azevedo. In: **Revista de Direito do Consumidor**. RT: São Paulo, vol. 79, p. 265-308, jul/2011. Disponível em: <http://revistadosribunais.com.br>. Acessado em 01.10.2014.

FINLÂNDIA. Consumer Protection Act. Disponível em <http://www.finlex.fi/fi/laki/kaannokset/1978/en19780038.df>. Acessado em 13.11.2017.

FORGIONI, Paula. **Teoria Geral dos Contratos Empresariais**. 2ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FRANÇA. **Code Civil**. Versão consolidada em 1º de julho de 2016. Acessível em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>. Acessado em 12.07.2016.

_____. **Ordonnance 2016-131**. Acessível em <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000032004939&categorieLien=id>. Acessado em 12.07.2016.

_____. **Projet de Loi nº 3928**. Acessível em <http://www.assemblee-nationale.fr/14/projets/pl3928.asp>. Acessado em 12.07.2016.

FULLER, Lon. L. Positivism and Fidelity to Law: a reply to Professor Hart. In: **Harvard Law Review**, vol. 71, nº 4, p. 630-672, fevereiro/1958.

GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. Francisco de P. Blasco Gascó e Lorenzo Pratis Albentosa (trad.). Madrid: Tirant lo Blanch.

_____. **Il Negozió Giuridico**. Milão: Giuffrè, 1988.

GHESTIN, Jacques. **Cause de l'engagement et validité du contrat**. Paris: L.G.D.J., 2006.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. A.M. Hespanha e I. M. Macaísta Malheiros (trad.). 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1979.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva: 2004.

GOGLIANO, Daisy. A Função Social do Contrato (causa ou motivo). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, vol. 99, p. 153-198, ano 2004. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67622>. Acessado em 06.06.2016.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26ª edição, revista, atualizada e aumentada. Antônio Junqueira de Azevedo; Francisco Paulo de Crescenzo Marino (atual.). Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GOMES, Rogério Zuel. **Teoria contratual contemporânea: função social do contrato e boa-fé**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

- GORLA, Gino. **Il Contratto: I – Lineamenti Generali**. Milão: Giuffrè, 1954.
- GRAU, Eros Roberto. Um Novo Paradigma dos Contratos? In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, vol. 96, p. 423-433, 2001.
- HADDAD, Luís Gustavo. **Função social do contrato**: um ensaio sobre seus usos e sentidos. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HECK, Luís Afonso (org.). **Direitos fundamentais e direito privado**: textos clássicos. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2012.
- HENTZ, André Soares. **Ética nas relações sociais à luz do Código Civil de 2002**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. A função social do contrato. In: **Estudos jurídicos**, vol. 19, nº 47, p. 95-112, setembro/dezembro 1986.
- KENNEDY, Duncan. The paradox of American critical legalism. In: **European Law Journal**, vol. 3, nº 4, p. 359-377, dezembro de 1997.
- _____. Distributive and Paternalist motives in Contract and Tort Law, with special reference to Compulsory terms and unequal bargaining power. In: **Maryland Law Review**, vo. 41, issue 4, article 4, p. 563-658. Disponível em <https://dash.harvard.edu/handle/1/13548423>. Acessado em 11.11.2017.
- KOSLOWSKI P. Commutative Justice. In: **Principles of Ethical Economy. Issues in Business Ethics**, vol 17, p. 184-210. Dordrecht: Springer, 2001.
- LARENZ, Karl. **Base del negocio Jurídico y cumplimiento de los contratos**. Carlos Fernández Rodríguez (trad). Granada: Editorial Comares, 2002.
- _____. **Base del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos**. Carlos Fernandez Rodriguez (trad.). Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1956.
- LEWAN, Kenneth M. The significance of constitutional rights for Private Law: theory and practice in West Germany. In: **The International and Comparative Law Quarterly**, vol. 17, nº 3, p. 571-601 (jul/1968).

- LOBO, Paulo Luis Netto. **Constitucionalização do direito civil**. In: Revista de Informação Legislativa, vol. 36, nº 141, p. 99-109, jan/mar. 1999.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.
- LOPEZ, Teresa Ancona. O estado de perigo como defeito do negócio jurídico. In: **Revista do advogado**, Associação dos Advogados de São Paulo, n. 68, (p?), dezembro/2002. Disponível em https://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Teresa_Ancona_Lopez/EstadodePerigo.pdf. Acessado em 16.10.2017.
- MAK, Chantal. **Fundamental Rights in European Contract Law**. Academisch Proefschrift, 2007.
- MANCEBO, Rafael Chagas. **A função social do contrato**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. **Contratos Coligados no Direito Brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MARTINS-COSTA, Judith. A Teoria da Causa em Perspectiva Comparativista: a causa no sistema civil francês e no sistema civil brasileiro. In: **Revista Ajuris**, Porto Alegre, n. 45, p. 213-224, março de 1989.
- MARX, Karl. **O capital**. Rubens Enderle (trad.). São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- MATTEI, Ugo; NICOLA, Fernanda. A Social Dimension in European Private Law? The Call for Setting a Progressive Agenda. In: **New England Law Review**, p. 1-66, Fall, 2006.
- MEIRELES, Rose Melo Venceslau. **Autonomia privada e dignidade humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- MORAES, Maria Celina Bodin de. A caminho de um direito civil constitucional. In: **Revista Direito, Estado e Sociedade**, vol. 1, p. 21-32, 1991. Publicação do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-Rio. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15528-15529-1-PB.pdf>.

MORSELLO, Marco Fábio. Contratos Existenciais e de Lucro. Análise sob a ótica dos princípios contratuais contemporâneos. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni; MARTINS, Fernando Rodrigues (Coord.). **Temas relevantes de direito civil contemporâneo**: reflexões sobre os 10 anos de Código Civil. São Paulo: Atlas, 2012, p. 292/307.

NANNI, Giovanni Ettore. As situações jurídicas exclusivas do ser humano: entre a superutilização do princípio da dignidade da pessoa humana e a coisificação do ser humano. In: NANNI, Giovanni Ettore Nanni (org.). **Direito civil e arbitragem**. 1ed.São Paulo: Atlas, 2014, v. 1, p. 133-180.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do Contrato**: Novos Paradigmas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PAPA JOÃO XXIII. **Carta encíclica “Mater et Magistra”**. Vaticano: 1961, item II, 1. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acessado em 30.11.2017.

PAPA JOÃO PAULO II. **Carta encíclica “Laborem Exercens”**. Vaticano: 1981. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acessado em 30.11.2017.

_____. **Carta encíclica “Sollicitudo rei socialis”**. Vaticano: 1987. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acessado em 30.11.2017.

PAPA LEÃO XIII. **Carta encíclica “Rerum Novarum”**. Vaticano: 1891, itens 9 e 13. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acessado em 30.11.2017.

PAPA PAULO VI. **Carta encíclica “Populorum progressio”**. Vaticano, 1967, item 22. Disponível em http://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acessado em 30.11.2017

- PECOVITS, Nathan Albert. The Social Honour Courts of Nazi Germany. In: **Political Science Quarterly**, vol. 53, nº 3, p. 350/371, (setembro de 1938).
- PENTEADO, Luciano de Camargo. **Doação com Encargo e Causa Contratual**. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. **Tratado de Direito Privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**. Nelson Nery Junior; Rosa Maria de Andrade Nery (atualizadores). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- RADBRUCH, Gustav. Cinco minutos de filosofia do direito. In: **Filosofia do Direito**. 5ª ed. Coimbra: Armênio Amado, Editor, Sucessor Coimbra, 1974.
- REALE, Miguel. **História do Novo Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- RENNER, Karl. **The institutions of private law and their social functions**. Agnes Schwarzchild (trad.). London: Routledge & Kegan Paul, 1949.
- RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. **Revisão judicial dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Ana Coimbra e M. Januario C. Gomes (trad.). Coimbra: Almedina, 1999.
- SALOMÃO FILHO, Calixto. **Teoria crítico-estruturalista do direito comercial**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.
- SANTOS, Murilo Rezende dos. Contratos existenciais e contratos de lucro: a dicotomia contratual do século XXI e sua funcionalização. In: **Revista de Direito Privado**, vol. 67/2016, p. 105-127, jul-set/2016.
- SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2000.

- _____. Direitos fundamentais sociais, mínimo existencial e direito privado. In: **Revista de Direito do Consumidor**, vol. 61/2007, p. 90-125. Jan/Mar – 2007. Disponível em www.revistadotribunais.com.br.
- _____. Dignidade (da pessoa) humana, mínimo existencial e justiça constitucional: algumas aproximações e alguns desafios. In: **Revista CEJUR/TJSC: prestação jurisdicional**, vol. 1, nº 1, p. 29-44, dez/2013.
- SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- SCHREIBER, Anderson. Direito civil e constituição. In: SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson (coord.). **Direito Civil Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2016.
- SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.
- _____. Teoria da Causa no Direito Privado. In: **O direito privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014, p. 57-69.
- SILVA, Luís Renato Ferreira da. **Reciprocidade e Contrato: a teoria da causa e a sua aplicação nas relações paracontratuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, versão em “e-book”.
- SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do direito. Os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. 1ª edição. São Paulo: Malheiros, 2008.
- SOCIAL JUSTICE IN EUROPEAN CONTRACT LAW: A MANIFESTO. In: **European Law Journal**, volume 10, nº 6, p. 653-674, November 2004. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2004.
- SOMBRA, Thiago Luís dos Santos. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.
- STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

SYKES, Alan O. The Doctrine of Commercial Impracticability in a Second-Best World. **Journal of Legal Studies**, v. 19, Issue 1 (January 1990), p. 43-94. Acessado em *Heinonline.org* em 20.11.2015.

TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito civil. In: **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. **Problemas de direito civil-constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

_____. Aplicação direta dos direitos fundamentais ao regime das associações. In: TEPEDINO, Gustavo. **Soluções práticas de direito: pareceres**, vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2012, p. 41-71. Consultado em versão eletrônica em <http://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/widgetshomepage/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc50000015e24d884357448fbfc&docguid=l3de4d6d06dae11e1bee400008517971a&hitguid=l3de4d6d06dae11e1bee400008517971a&spos=2&epos=2&td=91&context=389&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>.

_____. **Notas sobre a função social dos contratos**. Disponível em: http://www.tepedino.adv.br/tep_artigos/notas-sobre-a-funcao-social-dos-contratos/. Acessado em 13.11.2017.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **O Contrato e sua função social**. 3ª edição Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Função Social do Contrato. Conceito e critérios de aplicação. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, ano 42, n. 168, p. 197-213, out/dez. 2005.

_____. Uma década de aplicação da função social do contrato. Análise da doutrina e da jurisprudência brasileiras. In: **Revista dos Tribunais**. São Paulo, vol. 940/2014, p. 49, fev/2014.

- TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 177, p. 29-49, jun/set 1989.
- TREITEL, G.H. **The Law of Contract**. Sexta edição. Londres: Stevens & Sons, 1983.
- WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. A. M. Botelho (trad.). 2ª edição. Lisboa: Função Calouste Gulbekian, s.d. (data da obra original: 1967)
- WILHELMSSON, Thomas. Varieties of Welfarism in European Contract Law. In: **European Law Journal**, vol. 10, nº 6, p. 712-723, November 2004.
- _____. **Critical studies in private law, a treatise on need-rational principles in modern law**. Berlim: Springer, 1992.
- ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Direito contratual contemporâneo: a liberdade contratual e sua fragmentação**. São Paulo: Método, 2008.